TESE:

JUNTOS SOMOS FORTES

CSD - CUT SOCIALISTA E DEMOCRÁTICA INDEPENDENTES

PORTO ALEGRE – ABRIL DE 2013

11° CONGRESSO ESTADUAL DA FETRAFI

A unidade nos fortalece

001. Chegamos ao 11º Congresso da Fetrafi-RS mostrando, na prática, que a democracia e a UNIDADE DA CATEGORIA NA LUTA são marcas registradas dos bancários do Rio Grande do Sul. Mais uma vez, o debate sobre o futuro das nossas lutas está assegurado em todas as instâncias da Federação e nos Sindicatos filiados, reafirmando o nosso papel de protagonistas da história que queremos construir.

002. Convidamos a todos e todas para, junto com a gente, assumir o imenso desafio de garantir que a democracia e a unidade continuem sendo a arma certeira que, década após década, vem colocando a nossa categoria na linha de frente da classe trabalhadora brasileira.

1. CONJUNTURA

1.1– CONJUNTURA INTERNACIONAL

003. O capitalismo desenvolve sua mais recente crise desde 2008, consubstanciada numa crise do sistema financeiro nos países centrais, diferentemente das últimas crises anteriores que aconteceram na periferia do sistema. Isso demonstra um esgotamento do modelo neoliberal de administração do capitalismo, delineado no chamado Consenso de Washington (um conjunto de medidas formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras situadas em Washington DC, como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do *International Institute for Economy*, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "*receitado*" para promover o "*ajustamento macroeconômico*" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. A expressão "*Consenso de Washington*", segundo seu criador John Williamson, originalmente representava: "*o mínimo denominador comum de recomendações de políticas econômicas que estavam sendo cogitadas pelas instituições financeiras baseadas em Washington DC e que deveriam ser aplicadas nos países da América Latina, tais como eram suas economias em 1989*", depois transformada em sinônimo do receituário neoliberal para o mundo.

004. Consideramos não se tratar, pois, de uma crise do SISTEMA capitalista, mas desse modelo neoliberal de gestão do capital.

005. O mundo encontra-se num impasse, pois é legítimo dizer que ninguém mais acredita no *Consenso de Washington*, mas não está claro o que deverá substituí-lo. Enquanto os conservadores insistem na velha receita, a esquerda, dispersa, não tem proposta alternativa convincente que galvanize as forças populares.

006. A crise do socialismo real não foi superada e o capital domina econômica e ideologicamente a maioria dos corações e mentes.

007. Mas há novidades no mundo, principalmente na América Latina, onde políticas anti-cíclicas de gestão do capital, com intenso investimento do Estado e alguma redistribuição de renda, lembrando os moldes do modelo social-democrata, se aplica no Brasil, Argentina e Uruguai; modelos mais intervencionistas na Venezuela, Equador e Bolívia, alcançando-se um grau razoável de desenvolvimento enquanto a crise cresce na Europa e Estados Unidos. A China, com seu modelo híbrido, chegou a índices de crescimento econômico e de desenvolvimento social admiráveis.

008. Porém, a esquerda ainda não conseguiu formular alternativas minimamente unificadas para sua luta.

1.2 CONJUNTURA NACIONAL

009. No Brasil, apesar da expressiva melhoria dos índices econômicos e sociais, a partir do Governo Lula, a coluna vertebral do capitalismo mantém-se intacta: o sistema financeiro domina sem receio; o maior volume de recursos públicos é destinado para o pagamento dos juros; a propriedade privada mantém-se inquestionável, mesmo aquela que utiliza mão-de-obra escrava; o governo não consegue sequer exigir contrapartidas dos grandes empresários à desoneração

fiscal, que tira receitas da Previdência e do Trabalho.

010. O Congresso Nacional tem expressiva maioria de conservadores e outra parcela de oportunistas, ficando a esquerda e seus aliados em desvantagem significativa. Isso demonstra a fragilidade dos partidos de esquerda, sua fragmentação e luta sectária e a forma deturpada de nosso sistema político; o domínio ideológico da direita, principalmente através do monopólio das comunicações e sua "verdade única" e a ausência de uma política de conscientização e mobilização popular do principal partido de esquerda – o PT. A governabilidade do país e dos Estados se viabiliza através de uma política de alianças com o Centro e setores da direita.

011. O movimento sindical encontra-se, talvez como nunca, fragmentado em várias centrais, cada uma representando um movimento partidário, valendo-se do famigerado imposto sindical e dos recursos do Estado para construírem seus feudos. A famosa conclamação do Manifesto Comunista – "Trabalhadores do mundo, uni-vos" – que representa a conscientização de classe, não é mais acatada nem pelas "lideranças políticas" dos trabalhadores. O corporativismo encontra-se reforçado, principalmente no setor público.

012. A direita procura deslegitimar a esquerda, através de discursos 'moralistas' sobre corrupção, comportamento sexual e social de lideranças dos trabalhadores, tentando minar nossas forças para embates futuros. A pequena burguesia abraça essas teses com entusiasmo, sem se dar conta que esses males são intrínsecos ao capitalismo; existiram em maior número nos governos anteriores e continuarão existindo enquanto os valores desse sistema econômico (individualismo, vencer a qualquer custo, mercantilização da vida, do sexo, da cultura, do lazer, etc,) forem os predominantes. Tampouco compreende que esses ataques não buscam "moralizar" a sociedade, mas sim visam a derrubar o que de positivo a esquerda conseguiu construir no país no último período: redução da miséria, aumento do investimento público, valorização do salário mínimo, universalização da educação (desde a Escola Infantil até o Ensino Superior); aumento do nível salarial geral; ampliação da universalização da Saúde Pública, maior investimento na Reforma Agrária e seus assentamentos, etc, pois isso contraria a lógica do capitalismo, que é de concentração de renda, de poder e reprodução do capital. Sob o discurso de 'democracia', feito pela direita e sua mídia, esconde-se o monopólio.

013. Cabe ao PT, como o maior partido brasileiro de esquerda, a principal responsabilidade de construir alternativas políticas e econômicas que viabilizem cada vez mais uma sociedade mais justa, onde à produção coletiva corresponda a respectiva distribuição coletiva da riqueza.

014. A tese da revolução democrática como meio de superação do Capitalismo

015. O socialismo é uma possibilidade, não uma certeza. Gramsci preconizava como perspectiva revolucionária a luta permanente pela conquista da hegemonia. Dessa forma, o socialismo, dada a atual correlação de forças, se insere como movimento componente da revolução democrática, a partir da construção de uma sociedade conscientemente erigida. Essa sociedade só poderá ser construída com altos níveis educacionais, culturais, de inclusão social maciça, baseada numa correta distribuição de renda e na instituição, a partir da sociedade civil, de diversos níveis e mecanismos de controle sobre o Estado e sobre os agentes públicos. Essa sociedade alargaria as possibilidades de escolhas democráticas perante o futuro indeterminado e abriria espaços para os socialistas lutarem por seus ideais de emancipação e igualdade social.

016. Essa revolução democrática, cuja meta seria a criação de um Estado com fundamentos democráticos diversos daqueles do paradigma neoliberal, seria um processo de refundação institucional, com novos princípios de fundação de direitos e deveres, novas instituições e novas formas de regulação. Fundamental, nesse processo, é a incorporação de valores, direitos e perspectivas do feminismo trazendo para o centro do debate e da intervenção política a necessária superação de todo o tipo de preconceito. Trata-

-se de pensar o socialismo não como mera negação do capitalismo, mas como sua superação a partir de seus elementos históricos progressistas. A revolução democrática encerra a disputa e a superação crítica do liberalismo (como visão que legitima e estrutura a sociedade capitalista) e a conquista do socialismo em seu sentido clássico: a radicalização democrática.

017. Para tanto é preciso lideranças cada vez mais aptas tanto intelectual como socialmente. A promoção da formação política e da divulgação de assuntos do interesse dos trabalhadores, por isso, representa um item fundamental na construção da nova sociedade.

1.3. CONJUNTURA ESTADUAL

018. Passados dois anos do Governo Tarso, constatamos que, apesar dos avanços, há um isolamento do governo com um distanciamento dos movimentos sociais. Já apontávamos no início do governo que a opção de ampliação da base com vistas à construção de uma maioria parlamentar enfrentaria dificuldades para implementar medidas necessárias de enfrentamento aos privilégios dos setores que historicamente, com exceção do Governo Olívio ocuparam nosso estado.

019. A recuperação dos salários do magistério, no que pese o fato de o estado ainda não estar cumprindo os reflexos do piso na carreira, a recuperação dos salários dos trabalhadores na área da segurança somada a medidas que dialogam com o programa histórico da CUT, como a recuperação do salário mínimo regional, a luta pelo estancamento da privatização da água e o fortalecimento da Corsan como empresa pública e estatal bem como o fortalecimento da UERGS demonstram que este governo rejeita o receituário neoliberal e por essa razão oferece melhores perspectivas para a classe trabalhadora na medida de sua organização e luta.

020. Há, no entanto, outras questões que precisam ser mais bem encaminhadas por um amplo debate com a sociedade, tais como, a democracia participativa, a questão previdenciária e a dos pedágios. A falta de um maior enfrentamento às politicas de isenções fiscais ou da dívida pública demonstram uma timidez do Governo na busca de verdadeiras soluções para a crise financeira.

021. Além disso, é fundamental que o governo implemente efetivamente um sistema de negociação coletiva com os servidores públicos, recuperando salários e também a melhoria das condições de trabalho e democratizando suas relações. Os movimentos não podem esperar, simplesmente, pelas ações de governo, tendo em vista sua complexidade e dimensão, devendo, portanto, manter ativa a mobilização na disputa dos rumos da ação governamental à luz dos interesses da classe trabalhadora.

022. No que tange à política relacionada ao Banrisul, temos um banco com forte presença e atuação na sociedade gaúcha, utilizado pelo governo como importante indutor da economia e escoador de suas políticas públicas, tais como, microcrédito, financiamento agrícola, habitacional, empresarial, etc. Apesar de ser um banco público mantém sua atuação mercantilista em franca competição aos bancos privados. O que deveria ser o diferencial esperado no Banrisul, na verdade, se revela tão igual aos bancos privados. O assédio moral dentro da instituição ainda é muito grande, e se intensifica na medida em que a direção do Banrisul, responsável por coibir estas práticas opta pelo resultado financeiro em detrimento à saúde do trabalhador bancário. Esta postura, ditada pelo mercado e assumida pelo governo na direção do banco, revela a necessidade da ampliação da luta sindical e da sociedade pela democratização nas estatais gaúchas. Cabe a Fettrafi-RS encampar e encaminhar a construção dessa luta.

2. PROJETO PARA A PROXIMA GESTÃO DA FEDERAÇÃO

023. A Fetrafi-RS, por sua concepção e origem tem elevado grau de importância na vida dos trabalhadores e trabalhadoras bancárias, e, em conjunto com seus sindicatos filiados é responsável pela organização desta categoria profissio-

nal por melhores condições de trabalho, salário e dignidade. A federação reafirma, desta sorte, seu compromisso primordial na defesa dos interesses da classe trabalhadora, como importante ferramenta de luta, autônoma e independente em relação ao estado, partidos e governos, o que lhe garante as condições necessárias e ideais para conduzir o enfrentamento político com vistas à consolidação de direitos.

2.1 – PLANO DE LUTAS E AÇÃO

024. A FETRAFI-RS deve continuar a priorizar como objetivos da próxima gestão ações que contemplem o conjunto da categoria, sociedade e dos trabalhadores, neste sentido elencamos os seguintes temas:
025. - Temas Gerais
026. - Organizar debates sobre a Reforma Política e Democratização do Estado;
027. - Se engajar na luta pela Reforma Tributária;
028. - Preparar o debate para a Conferência do Sistema Financeiro;
029. - Previdência Pública;
030. - Saúde e Educação;
031. - Democratização da Comunicação.
032. - Convenção OIT 158;
033. - Defesa dos direitos dos consumidores nos Bancos.
034. - Temas Específicos voltados para Categoria Bancária
035. - Banco x as relações de trabalho;
036. - Saúde e Condições de Trabalho;
037. - Plano de Carreira para Todos;
038. - Previdência Complementar para todos;
039. - Segurança Bancária;
040. - Jornada de Trabalho;
041. - Meios de Comunicação na Categoria.

2.2 - POLÍTICAS PERMANENTES

2.2.1. SAÚDE DO TRABALHADOR E TRABALHADORA BANCÁRIA

042. O trabalho bancário sofreu muitas alterações nos últimos períodos, por conta de profundas modificações tecnológicas, estruturais e financeiras, causando, por sua vez, grande diminuição do nível de emprego no setor e provocando, desta forma, elevado crescimento de doenças ocupacionais que se massificam em razão do ambiente nocivo em que se transformaram os bancos.
043. A FETRAFI-RS e seus sindicatos filiados imprimirão ações, em conjunto com a categoria, para alterar a lógica que privilegia o capital em detrimento da saúde do trabalhador e para melhorar as condições de trabalho dos bancários (as). Nessa esteira e contrapondo-se à organização dos bancos que é nociva às condições de saúde dos bancários (as), envidaremos esforços no combate às práticas abusivas que tem reflexo direto no adoecimento dos trabalhadores (as).
044. A Fetrafi-RS intervirá frente a essas demandas de forma pontual (tática) e ao mesmo tempo com uma perspectiva de transformação desse modelo de sociedade (estratégia) que exclui, adoece, precariza e nega direitos aos trabalhadores. Apenas o engajamento político, não é suficiente para superar essa realidade, deve haver uma base teórica rigorosa, capaz de dar respostas e soluções a essa realidade.
045. Para isso, propomos:
046. - Combater as formas de organização do trabalho que são fonte de sofrimento e adoecimento;
047. - Lutar pela jornada de 6 horas para todos;
048. - Políticas permanentes em saúde no ambiente de trabalho;
049. - Fortalecer e criar novos grupos de ação solidária (GAS) no RS;
050. - Lutar pelo fim das metas;
051. - Combater o assédio moral tendo em vista que não deva ser tratado como conflito e sim, como resultado das práticas de gestão do banco;
052. - Lutar pela garantia dos direitos trabalhistas aos acometidos por doença ocupacional, tais como, vale alimentação, PLR e GS;
053. - Lutar pela isonomia de tratamento entre afastados e ativos;
054. - Lutar pela humanização das perícias médicas, incluindo equipe multidisciplinar;

055.- Lutar por um Programa de reabilitação sério e comprometido com os trabalhadores;

056.- Lutar pelo direito ao cumprimento da Jornada.

2.2.2 - GÊNERO.

IGUALDADE E AUTONOMIA DAS MULHERES

057. "Enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável. As funções de polícia, com as de assistência a doentes, crianças abandonadas, controle de alimentação, etc., não podem, em geral, ter uma execução satisfatória enquanto as mulheres não hajam obtido a igualdade perante os homens, não só nominal, mas efetiva".

058. Lênin: As tarefas do proletariado em nossa revolução, escrito de 10 a 23 de abril de 1917, publicado em brochura.

059. A opressão e desigualdade das mulheres não iniciaram no capitalismo, mas se estruturam no sistema, no patriarcado e no racismo. A sociedade de mercado aprofunda a divisão sexual do trabalho na medida em que o controle sobre a sexualidade e comportamento, impõe modelos baseados na subordinação das mulheres. O patriarcado é um fator estruturante das relações sociais e econômicas que fortalece a divisão sexual do trabalho. Aos homens são destinados os espaços públicos e políticos e para as mulheres os espaços privados e cuidados como se fossem relações complementares, mas escondem as relações de poder dos homens e a exploração diferenciada no trabalho produtivo e no trabalho assalariado.

060. Outra vertente construída para a hegemonia capitalista e opressão das mulheres foi o estabelecimento de família nuclear que se estendeu para a classe trabalhadora. A supremacia dos homens, como se estes fossem os senhores da classe, estabelecendo um mundo androcêntrico (construído a partir da experiência masculina), caracterizado pela ideia de homens viris e agressivos e mulheres dóceis e passivas, constituiu-se em fator de imposição da heterossexualidade e consequentemente a heteronormalidade.

061. A partir das lutas feministas houve uma ampliação da identidade feminina para além da maternidade, as transformações do mundo do trabalho levaram à incorporação das mulheres a este mercado, porém, de forma bastante diversificada, quando não precarizada. Estudos em relação às mulheres trazem elementos de análise e muita ação política. Os parâmetros negativos em que está enquadrada a mulher trabalhadora dão conta da necessidade permanente da organização e luta sindical com vistas à superação desse modelo de produção capitalista excludente, discriminatório e precarizador das condições de trabalho.

062. Nos bancos a situação não difere: a imposição de um padrão de beleza e comportamento ainda é a tônica de muitas políticas de Gestão de Pessoas no que tange às mulheres. Nossa categoria já está com paridade entre homens e mulheres, mas segundo o censo da categoria bancária as mulheres ainda têm salários menores que os homens nos mesmos cargos e desenvolvendo as mesmas atividades. De cada 100 mulheres bancárias apenas 8 são negras e somente 2% das mulheres chegam aos cargos de alto escalão nos Bancos, reproduzindo assim fielmente a sociedade.

063. O movimento sindical e a FETRAFI-RS deverão aprofundar esta discussão, pautar o recorte de gênero nas discussões e deliberações, cumprimento das cotas, políticas afirmativas, relações compartilhadas, políticas públicas, participação das mulheres nos espaços de decisão dos sindicatos e federação.

064. A tarefa da emancipação das mulheres é de todos/as, não haverá sociedade socialista, democrática, libertária e justa enquanto a igualdade de gênero não for conquistada e imprimida na sociedade como um elemento fundamental das relações de trabalho e relações humanas.

065. Propomos:

066. - A FETRAFI-RS continuará organizando e estimulando debates e seminários que aprofun-

dem esta temática;

067. - Lutar, permanentemente, pela valorização profissional e igualdade de oportunidades nos locais de trabalho;

068. - Incentivar todos seus sindicatos a organizarem coletivos da mulher bancária;

069. - Orientar a criação de secretarias da mulher em cada base sindical.

2.2.3 – ETNIA

070. A luta da resistência negra à escravidão foi o primeiro movimento social de relevância e destaque no Brasil, foi marcada por lutas intensas e participação política relevante.

071. A adoção de força de trabalho negra escravizada definiu uma parte importante da formação do estado Brasileiro, influenciando a diferenciação de classes sociais, desvalorização do trabalho e consequente marginalização que persiste até a atualidade.

072. Não é correto afirmar que o Brasil é uma democracia racial, pois a maioria dos negros/as são os desempregados, subempregados, população carcerária e com imensas dificuldades de acesso à saúde, educação publica, etc. A mulher negra continua a ser o símbolo da exploração sexual e também a maior parte dos trabalhadores/as do país que recebem o salário mínimo.

073. O racismo no Brasil se manifesta nas instituições e atua a revelia dos indivíduos naturalizando a pobreza, a desigualdade, a discriminação no funcionamento das instituições e organizações no mundo do trabalho e na sociedade.

074. A discriminação verificada nos bancos é uma dura realidade. Os postos de trabalho bancário ocupados por negros ainda é muito baixo, não chegando a 20% da categoria. Além de sentirem os efeitos da exclusão laboral, os trabalhadores negros, quando empregados, sofrem toda sorte de discriminação, sejam de ordem ocupacional, salarial ou de imagem.

075. Propomos:

076. - Denunciar e combater as práticas racistas e discriminatórias;

077. - Incentivar a participação nos fóruns que tratam de Etnia;

078. - Reafirmar a defesa das políticas públicas compensatórias para negros e negras;

079. - Defender políticas afirmativas e cotas para ingressos nos bancos e em todos os espaços de poderes da sociedade;

080. - Apoiar todas as ações que busquem a inclusão social dos setores historicamente marginalizados;

081. - Orientar a criação de coletivos de igualdade racial em cada base sindical.

2.2.4- FORMAÇÃO

082. O avanço das transformações do mundo do trabalho, através da reestruturação produtiva, cujo modelo tecnológico adotado é extremamente excludente, tem atingido severamente os trabalhadores do ramo financeiro. Não bastasse impregnar as organizações com essas políticas, transformadas em uma ideologia que disputa as mentes e os corações dos cidadãos com uma estratégia de cooptação, estabelecendo a competição e o individualismo.

083. Considerar estes aspectos para pensar a Política de Formação voltada para uma categoria exige ainda uma reflexão do futuro deste trabalhador e trabalhadora, quer empregado ou desempregado, para que estes cumpram o seu papel político em uma sociedade globalizada a fim de que possam influenciar ativamente nas mudanças necessárias para uma sociedade justa e igualitária.

084. Diante deste quadro, pode-se afirmar que a Política de Formação da Fetrafi-RS é tão estratégica quanto a construção do Ramo Financeiro e da implementação do Sistema Democrático das Relações do Trabalho.

085. Para dar conta desse desafio, é preciso continuar implementando e avançando na política de formação de quadros dirigentes comprometidos com a luta dos trabalhadores, capacitando-os para a intervenção local e estratégica, com vista à ampliação da luta pela superação do modo de produção capitalista e no combate das injustiças sociais.

086. Pensar no processo de formação humana como um processo inserido na luta pela emancipação humana no contexto de reestruturação do capitalismo e de globalização requer uma visão ampla e profunda da luta de classes, na qual os trabalhadores devem ser os sujeitos políticos da transformação social. Por isto, a formação deve ser classista, revolucionária e democrática.

087. Neste aspecto, propomos:

088. - Formação continuada para dirigentes e militantes através de políticas próprias da

089. Federação ou de forma associada;

090. - Apoiar, manter e aprimorar o Projeto Diálogos para a Ação, por ser uma experiência positiva na formação sindical e humana;

091. - Estimular e apoiar as iniciativas de projetos de formação de seus sindicatos filiados.

2.2.5. COMUNICAÇÃO

092. A democratização da Comunicação no Brasil tem sido elemento de profundo debate na sociedade, sendo este sentimento traduzido pela 1ª Conferência Nacional em Comunicação em 2009. Porém, os resultados positivos desta conferência que apontavam os rumos para uma transição democrática da Comunicação brasileira até hoje não foram alcançados. Se quisermos aprofundar a democracia, com inclusão e justiça social, devemos, também, permitir que a população exerça a cidadania na sua plenitude e isto, somente será possível, se democratizarmos os meios de comunicação.

093. Os Movimentos Sociais e Sindicais associados com o pensamento político de vanguarda tem missão importantíssima na construção deste processo revolucionário, onde devem ser os protagonistas da luta pelo novo marco regulatório da comunicação brasileira à luz do que foi discutido, debatido e afirmado na Conferência Nacional, e insculpido na Carta Magna de 1988 que padece de regulamentação.

094. A Reforma da Comunicação no Brasil não virá pela vontade do estado e neste momento, também não significa vontade de governo. A conjuntura econômica e política confrontam interesses e em razão da evidente pressão dos mercados e da mídia conservadora o governo federal dá um passo atrás e não avança em nada neste processo de consolidação da democracia brasileira, muito importante, inclusive, para a afirmação do Projeto de Desenvolvimento do país. Na prática, significa o alinhamento de governo aos setores mais conservadores e evidente manutenção do regime vigente da comunicação, singular, positivo e antidemocrático. Enquanto países com marcos regulatórios consistentes discutem como atualizá-los frente ao cenário da convergência e países latino-americanos estabelecem novas leis para o setor, o Brasil opta por ficar com a sua, de 1962, ultrapassada e em total desrespeito à Constituição, para proteger os interesses comerciais das grandes empresas.

095. Diante desta conjuntura política e do anúncio de que o governo federal não vai se engajar neste processo de democratização da comunicação, ignorando as resoluções aprovadas na 1ª Conferência Nacional de Comunicação, a FETRAFI-RS deve se engajar aos movimentos e reforçar a mobilização para construir um Projeto de Lei de Iniciativa Popular para um novo marco regulatório das comunicações para o Brasil.

A COMUNICAÇÃO DA FETRAFI-RS

096. Comunicação dinâmica e responsável a serviço da categoria bancária. Este é o compromisso que a Federação tem continuar afirmando através da sua área de comunicação. Ao longo dos últimos três anos, a FETRAFI-RS manteve suas ferramentas de comunicação com o departamento de Comunicação através da Coordenação do Departamento com uma Jornalista e dois estagiários. Além disso, o Seminário de Comunicação foi consolidado e juntamente com o Coletivo Estadual de comunicação tem sido um espaço importante de discussões e deliberações das políticas de comunicação para a entidade e seus sindicatos filiados. Estes fóruns tem apontado a Diretoria da Federação e aos seus filiados a importância em priorizar a comunicação. Para que a Federação atinja o

desejado e passe a concretizar uma relação direta com seus sindicatos filiados, propomos o seguinte:

097. 1 – A Federação terá que buscar a Interiorização das atividades do Departamento: Descentralizar as atividades do departamento, levando às regionais da entidade, seminários, oficinas e cursos que visem incentivar aos sindicatos investirem em comunicação e qualificar seus dirigentes;

098. 2 – Portal da FETRAFI-RS: O novo site portal da Federação lançado no início de 2011 possibilitou uma comunicação mais atrativa de fácil acesso e dotada de todos os recursos tecnológicos disponibilizados na atualidade, devemos aprimorando e buscando novas Ferramentas de comunicação;

099. 3 – Redes Sociais: A Federação deverá se integrar plenamente nas redes sociais como meio de comunicação com a categoria bancária, para isto deve se instrumentalizar para implementar estas ferramentas e incentivar seus sindicato a caminharem no mesmo sentido;

100. 4 – Departamento de Comunicação: Consolidar o seu departamento de comunicação fazendo dele um instrumento da divulgação das políticas e ações da Federação e movimentos sociais.

2.2.6. JURÍDICO

101. A FETRAFI/RS tem o papel fundamental de informar, orientar e representar os seus sindicatos. O Departamento Jurídico cumpre uma parte estratégica nesse contexto. Para tanto, é necessário somar esforços para instituir uma rede jurídica que permita a ampliação e o aprofundamento de temas, debates e ações inerentes à preservação e à ampliação das conquistas e dos direitos dos trabalhadores em instituições financeiras.

102. O Jurídico precisa avançar em sua área, interagindo com outros operadores do direito, possibilitando o diálogo de nossa categoria com toda a sociedade. Desafios como as práticas anti-sindicais e os Interditos Proibitórios e suas Atas Notariais, por exemplo, serão vencidos com os respectivos debates ideológicos, para os quais precisamos estar preparados e instrumentalizados; disseminando pelo Estado, nos mais variados fóruns, a visão e a defesa do trabalhador.

103. As ações judiciais precisam ir além das que possuem o propósito da recuperação financeira e monetária. Precisamos, por exemplo, estudar novas estratégias para garantir o exercício do direito de greve, fundamental para avançar as lutas da categoria. Também devemos avançar e propor alternativas em temas como saúde, meio ambiente, direito do consumidor e segurança.

104. Precisamos ainda retomar debates e propostas sobre a reforma e a estrutura sindical, envolvendo os trabalhadores, legitimando-os e fortalecendo os sindicatos filiados.

105. Frente a todas essas questões, entre outras, é preciso continuar investindo nas assessorias técnicas e melhorando a estrutura do Departamento Jurídico, a fim de garantir eficácia e resolutividade às ações propostas, inclusive, possibilitando a integração contínua e permanente da FETRAFI e sindicatos filiados.

106. O Coletivo Estadual do Jurídico da Federação desenvolve neste contexto papel importante na organização estadual nas questões jurídicas. Neste sentido defendemos que a Federação continue a organizar as reuniões, e seminários periódicos que discutam grandes temas da área e também questões técnicas e de jurisprudências.

2.2.7. SEGURANÇA BANCÁRIA

107. A violência, como consequência de fatores sociais e econômicos é um grande desafio do conjunto da sociedade. Segurança de fato, teremos somente com justiça social. Porém, a luta dos bancários por condições de trabalho mais dignas, inclui um ambiente mais seguro para se trabalhar. Sempre cobramos do estado os investimentos necessários em segurança pública. Não é possível que existam municípios com agências bancárias onde o efetivo da polícia não passa de três policiais. Alguns nem delegacia têm. Os déficits em segurança expõem a realidade cruel,

penosa e perigosa da categoria bancária.

108. No que tange à responsabilidade dos bancos, podemos afirmar que tem sido um verdadeiro desastre. Por ser uma atividade de risco e pelos resultados financeiros do setor, os investimentos em seguranças são tímidos ou medíocres. Os bancos se preocupam mais com a estética das agências do que com a segurança de seus trabalhadores e clientes. Além de não fazerem o investimento adequado e necessário em segurança, ainda ficam com os recursos públicos que poderiam ser investidos pelo estado, haja vista o financiamento da dívida pública que tira da sociedade R$ bilhões de recursos para engordar os lucros dos bancos.

109. Em função disso, temos uma triste rotina: assaltos, sequestros, arrombamentos e explosões são as notícias do dia em muitas regiões. A legislação sobre segurança nos bancos é de 1983, ou seja, completamente desatualizada. Hoje existe um processo, coordenado pela Polícia Federal, que propõe uma atualização. A Fetrafi-RS participa e acompanha estas discussões.

110. Para além do debate institucional, nas últimas décadas temos articulado e apoiado projetos de leis municipais que exijam dos bancos mais itens de segurança. Foi assim com a "Lei das Portas Giratórias" no começo da década de 90, onde Porto Alegre teve pioneirismo na implantação. Depois de uma batalha judicial onde os bancos alegavam que os municípios não tinham competência para legislar sobre bancos, tese derrotada, cresceu o número de leis aprovadas nesse sentido. Câmeras de filmagem e vidros blindados são itens que diversos municípios brasileiros exigem nas agências bancárias. Mais recentemente, algumas leis estaduais foram aprovadas (Paraíba e SP) principalmente com o objetivo de coibir um crescente ataque apelidado de "saidinha de banco", onde os assaltantes monitoram os clientes no interior das agências observando que tipos de operação fazem para atacá-los lá fora. As leis propõem biombos para que ninguém veja a operação.

111. Este conjunto de leis aprovados em todo o Brasil fez com que os bancos na última CS aceitassem debater com as entidades um projeto piloto, que deverá ser executado na cidade de Recife-PE, onde absorvem algumas de nossas reivindicações, mas descartam algumas importantes, como os vidros blindados. Propõe ainda, que novas leis somente devem ser propostas após um debate com todas as áreas afetadas. Portanto, compreendemos, que nossa luta por segurança bancária continua ao mesmo tempo em que aceitamos o projeto piloto proposto pela Fenaban, não devemos dar trégua no sentido de propor novas legislações, bem como exigir a fiscalização do poder público em relações às existentes.

112. Propostas:

113. - Lutar para que os bancos elevem seu nível de responsabilidade sobre segurança bancária a partir da implantação de mecanismos de segurança e proteção de pessoas;

114. - Apoiar a regulamentação sobre o tema Segurança Bancária através de legislação nos três níveis da federação (município, estado, união);

115. - Manter permanente debate em Coletivo sobre Segurança Bancária, à razão de sua importância e gravidade para a categoria e população;

116. - Denunciar a irresponsabilidade dos bancos em razão das condições inseguras para trabalhar ou dirigir-se a uma agência bancária, por todos os meios de ação, política ou jurídica;

117. - Cobrar do Poder Público, fiscalização e responsabilidade pela segurança.

2.2.8 – APOSENTADOS

118. Os dados do IGBE apontam para o aumento da expectativa de vida – "envelhecimento" - da população brasileira com alterações significativas nos percentuais entre as diferentes faixas etárias. Vivemos no Brasil esse fenômeno e sob esse aspecto o movimento sindical deve cada vez mais buscar organizar o segmento dos aposentados, garantindo espaços para a discussão dos temas relevantes.

119. Hoje o bancário quando se aposenta tem prejuízos econômicos consideráveis, deixando de recebe a PLR, os auxílios de alimentação,

gratificação semestral e alguns tendo que arcar 100% com o custo do Plano de Saúde, sem considerar a diferenciação nos reajustes de seu benefício. Diante disto uma boa parcela da categoria bancária tem optado em requerer o benefício previdenciário junto ao INSS e manter o vinculo empregatício com os bancos.

120. Defendemos lutar para manter e ampliar as conquistas na CCT e ACT que contemplem mais direitos para os aposentados, evitando com isto, que o bancário tenha de abrir mão ao exercício efetivo de sua aposentadoria, para continuar trabalhando no banco a fim de complementar sua renda e garantir melhor qualidade de vida. Por outro lado, defendemos que a aposentadoria não seja causa extintiva do contrato de trabalho, sendo uma opção livre e legítima do trabalhador optar pelo benefício previdenciário do INSS e continuar trabalhando, se assim desejar.

121. A FETRAFI-RS deve ter o papel de organizar estadualmente os bancários e bancárias aposentado/as, através de seus sindicatos filiados, independente, se apenas em benefício previdenciário do INSS ou já recebendo a complementação de aposentadoria em virtude de plano de Previdência Complementar.

122. A organização dos aposentados no RS tem por objetivo mantê-los incluídos na categoria profissional bancária, se somando e incorporando a luta cotidiana dos bancários (as) na defesa e ampliação de direitos; e para melhorar e aprimorar o nível das informações e assessoramentos relativos ao conjunto dos aposentados bancários e suas demandas.

123. Propomos:

124. - Lutar pelo fim do fator previdenciário;

125. - Os sindicatos devem organizar seus aposentados através de fóruns locais;

126. - A FETRAFI-RS deve criar um coletivo estadual de aposentados visando à discussão de temas de interesse deste segmento.

2.2.9 – ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

127. Somos radicalmente defensores da unidade entre os trabalhadores, mas entendemos que essa unidade deve ser construída na ação diária. Os trabalhadores (as) exigem e precisam de uma organização sindical forte e efetivamente representativa para fazer o enfrentamento necessário aos donos dos meios de produção e para implantar sua ação política e estratégica dentro da sociedade, portanto, refutam qualquer tentativa de divisão da classe, ainda mais, motivada por questões menores e corporativistas, pois compreendem que isso coloca em risco os direitos conquistados por gerações de trabalhadores.

128. Para o fortalecimento da luta dos trabalhadores a Organização por Local de Trabalho é uma das peças chave para o sucesso de uma ação sindical, de uma campanha, ou das conquistas do movimento sindical na dura luta da relação capital X trabalho. Ter como prioridade a organização de base é estratégico a qualquer entidade e categoria e somente a unidade dos trabalhadores pode consolidar esta organização.

129. A unidade nacional da categoria bancária tem sido uma referência de organização dos trabalhadores e foi conquistada com muita luta e mobilização. Esta unidade significou importantes avanços nos direitos e benefícios para toda a categoria. O papel da CONTRAF e da FETRAFI-RS, filiadas à CUT, tem sido importante para o fortalecimento da organização dos bancários e bancárias e esta organização tem que se refletir cotidianamente na categoria bancária e em todos os fóruns e instâncias das suas entidades. Essa importância se revela ainda pelo fato de sindicatos não CUTistas assinarem na integra as convenções e acordos arrancados junto à Fenaban, Caixa e Banco do Brasil.

130. A Fetrafi-RS é o melhor exemplo de unidade da categoria, com todos os 38 sindicatos do estado filiados a ela, independente da concepção política de quem está nas direções sindicais. Este modelo respeita a vontade da categoria, pois aqueles que estão nas agências das diferentes regiões do estado são representados pelas diretorias se seus sindicatos, eleitos democraticamente. Nessa ótica, defendemos o atual modelo político administrativo da Fetrafi-RS, pois

nossa visão é que as entidades sindicais existem e tem sua razão de ser na atuação em defesa da categoria e não pela simples busca de espaços ou liberações.

131. Defendemos o respeito aos fóruns reais e democráticos construídos ao longo dos anos de enfrentamento dos trabalhadores contra os patrões e governos inimigos da classe trabalhadora, que investiram contra nossos direitos e privatizaram vários setores da economia, com sérios prejuízos para o povo do Brasil. Defendemos que o sistema diretivo da Fetrafi-RS seja o fórum legitimo e democrático para organizar os diferentes segmentos de bancos públicos e privados, pois garante um processo de discussão que ocorre em cada base sindical e direto com a categoria, pois, nada mais democrático e transparente, evitando assim, a apropriação dos fóruns da categoria para uso de interesses pessoais, partidários ou de grupos políticos para seus interesses particulares e escusos.

132. Sob essa ótica defendemos que os delegados sindicais, conquista da luta sindical CUTista que tem a lógica da organização por local de trabalho, continuem a ser um espaço de elaboração política e de estratégias de luta, e não uma organização que sirva para discutir questões relacionadas às administrações dos sindicatos ou palanque para quem perdeu eleições sindicais.

133. Quanto à liberação de dirigentes dos bancos públicos federais os acordos coletivos garantem uma cota nacional distribuída por Federação de acordo com o número de empregados dos bancos envolvidos em cada estado cabendo a estas indicar os nomes e lotação dos beneficiários das liberações. Defendemos que a Fetrafi-RS tem autonomia em definir em seus órgãos diretivos quem serão liberados em cada base sindical para organizar a luta dos bancários e bancárias no conjunto do estado.

3 – PAPEL E COMPROMISSO DA DIREÇÃO

3.1 - PAPEL DA DIREÇÃO

134. O papel da Direção da FETRAFI-RS é fazer a gestão política, financeira e patrimonial da entidade, respeitando os princípios estatutários, garantindo a democracia e a transparência de seus atos, com o objetivo de unificar a categoria, defender suas conquistas e prepará-la para os desafios futuros.

135. A atuação permanente junto a CUT, CONTRAF e movimentos sociais, buscando construir a união do conjunto dos trabalhadores para defesa de seus interesses de classe e realização de seus objetivos históricos, devem nortear a ação dessa direção.

136. Esses são princípios gerais que julgamos imprescindíveis para qualquer direção que se habilite a estar à frente da FETRAFI-RS.

3.2 COMPROMISSO DA DIREÇÃO

137. Reafirmamos os compromissos históricos assumidos pelas últimas gestões democráticas da FETRAFI-RS:

138. 1 – Lutar pela liberdade e autonomia sindical;

139. 2 – Defender que a sustentação financeira dos sindicatos terá que ser decidida pelos próprios trabalhadores e respeitada por toda a categoria;

140. 3 – Consolidar a democratização dos sindicatos, abrindo canais de participação da base.

141. 4 – Assumir a função de direção política e de coordenação da ação sindical;

142. 5 – Absorver a menor parte possível da diretoria da FETRAFI-RS na gestão do aparelho, capacitando o conjunto dela para desempenhar o papel de direção estadual;

143. 6 – Promover ações continuadas e simultâneas, que instrumentalizem os sindicatos, no processo de construção das OLTs;

144. 7 – Aprofundar a atuação do movimento sindical bancário nas lutas gerais dos trabalhadores, buscando superar impasses e debilidades que não tem soluções nas lutas isoladas de categorias;

145. 8 – Lutar pela manutenção, democratização e o real papel dos Bancos Públicos.

ASSINAM ESTA TESE:

BANRISUL

ANTONIO CARLOS DÁVILA; JOÃO CÂNDIDO BARROS; JOSÉ ATRIB; MARIA REGINA DOS SANTOS; MÁRIO SANTOS; ARTHUR NETTO; PATRICK VITTOLA; DENISE FALKENBERG CORREA; CLADIMAR ANTUNES VIEIRA; VAINE TEREZINHA ANDREGUETE; DANIELA AMORETTI FINCKIEL; IDAIR SPERB; LUCIANE LODI; BALDUINO GABRIEL KOHL NANGELEN; SOLON SOARES SIMÕES; MARIA FAUSTA MICHELS RUEDELL; JAIR LEONARDO VEIVERBERG; JOÃO AIRTON DOS SANTOS OLIVEIRA; ANA FLOR GASPAR OZORIO; CARLOS EDUARDO F. LENUZZA; JEAN ERNESTO ARAIS; ROBERTO JUKOSKI MIRANDA; MILTON FILMANN; LEANDRO AFONSO KOETZ; KARINA TATIM; ALCIDES DAMBROZ; FELIPE T. BITTENCOURT; JOÃO LUIZ VICENTE BARCELOS; LEONEL TEIXEIRA;VILSON CASTELANI; GUSTAVO MARQUES; EVELISE REGINA BERTONI VIEIRA; ADALGIZA BARBOSA SILVEIRA; ANALISE MASTRANTONIO; ROSANGI KEGLES; PAULO FOUCHI; CARLOS ABREU SICA; RITA M SCHNEIDER; FERNANDO CAMARGO; ANTONIO CARLOS PIROTTI PEREIRA; JOSÉ TADEU MIRANDA; LUIS RENATO SERRASOL PASCAL; CLARICE STIMAMIGLIO; ELISA APARECIDA DA SILVA FARIAS; CARLOS ROGÉRIO TEIXEIRA; SÉRGIO ROGÉRIO M. HOFF; JAMILE PANTOJA; ROGERIA MATTOS LUVIELMO; CLAUDIA SPARVOLI; HILDA TEIXEIRA; NADIA GAUTERIO; ELOI HERMES BEYER; LEOMAR PAULO ZIEMBOWICZ; CARMEN NARCISA DALMASO; JOÃO PEDRO BORGES DE OLIVEIRA; LUIZ GONZAGA ANDRADE; NATALINA LUIZA TREVISOL BERTOLDI; CLEDI BENDER KOLANKIEWKZ; LEANDRO VEIGA PROCHNOW; OZIEL MARCOS POLACKINSKI; CEZAR ALEXANDRE PIECZUR; TÂNIA RABUSKE; BREGIETE CARVALHO VIEIRA; ANA ROSA BERNARDI; OTOMAR PIRES RIBAS; VANDA FALKOWSKI BURKARD; LUCIA NOLL

BANCO DO BRASIL:

PAULO JOB; ANDREY LIMBERGER; CARLOS ALBERTO CENCI; MARIA DE FÁTIMA ALVES TOMBESI; PEDRO AMARO DA SILVA SANTOS; MARIA CELESTE PERES BARRETO; HELIO SODER; EDMAR LUIZ FOGAÇA; PAULO MARCELO SCHERER; LEO BACKES; ARTUR DE CASTRO KOPPER; CLAYTON PIONNER RAMOS; NELSON ANTÔNIO FAZENDA; JULIO CESAR SOARES VIVIAN; RAFAEL TEIXEIRA; CESAR AUGUSTO SIMÕES DOS SANTOS; JOÃO LADÁRIO PARAÍBA; MARIA CRISTINA DOS SANTOS; MARIA CRISTINA DOS SANTOS; LUCAS BALBUENO MARTINS; ANDRÉ LUIS BENDER; CARLOS GIDION GONÇALVES BALBÉ

CAIXA

PEDRO GERMANO TIL; ADEMAR HENRIQUE BELLINI; GELSON LAUXEN; ROBERTO FRANCO PENNO; ALEXANDRO GOMES DA COSTA; MARCOS DIRCEU BUGS; ALINE FERNANDA LOCH WUST; GERALDO LUIS SCHIERHOLT; ALZIMIRO BARBOZA NARDES; JOÃO LUIZ CONCEIÇÃO BATISTA – CAIXA; CARMEM REJANE RAMOS; PAULO CESAR KUNSLER; KÁTIA CRISTINA PEREIRA BARRETO; : AMANDA ANGÉLICA G. CARDOSO; RACHEL WEBER; CLÉLIO LUIZ GREGORY; LUCIA PUCHTENHAGEM; MARTINA COMPANI ;JOSÉ CARLOS FRIEDRICH ;GILMAR CABRAL AGUIRRE; JESSICA MOLINA; FERNANDA BIER QUEIROZ ; MARIA CRISTINA DE ARAÚJO DANIEL; GLÊNIO COSTA DE MELLO ; ELAINE MARIA HORN ; GABRIELA GIACOBBO ; CLARICE PIGATTO ARRAIS ; CECÍLIA BOBSIN; CRISTIANE MICHELI, FELIPE CAMBRAIA DO CANTO; JOSE OTAVIO RANGEL; ANTONIO MANSUR; DANIELA CASAROTTO; DIEGO LUIS BARDUIL FLORES; SIDNEY MARCELLO PEDREIRA LIMA; ANDERSON JASKULSKI; EUNICE ROMEU PITREZ ; SANDRA MERINO SILVA; JONAS AGUIAR; NEUSA MARIA SOUZA D'AVILA; FLAVIA M RODRIGUES; ZULEIKA PINTOS OLIVEIRA; MARCOS MAURO MAICÁ; ARLINDO ANTONIO BERTOLO; VERA LÚCIA GINDRI BUENO; LEANDRO DA SILVA; DÉBORA REGINA DA SILVA, ROMEU JOSÉ VARELLA; ARLETE SALDANHA; SÉRGIO ZIGLER; HELOISA GOETZ

BRADESCO

SANDRO CHEIRAN; CIRO BECKER; CARLOS QUADROS; VALMORIM CASTILHO OLIVEIRA; CARLOS

MARCELO B. RODRIGUES; CARLOS ANDRÉ CECCON ANVERSA; VANDERLEI GELSON BERLT; ANA BILA PEREIRA PIENIZ; LÚCIO JUARES RODRIGUES DA CUNHA; ANDRADES DIEHL FILHO; EVERSON LUIS GROSS; BERNADETE SCHAURICH; JEFFERSON COUGO; LUIS CARLOS DELAMÉIA; : MARCELO FERREYRO PALADIM; EVERTON MORAIS GIMENIS; LUIS GUSTAVO VARGAS SOARES; NILTON CORRÊA GOMES; ROZANE ZANETE MONTERO; MARISTELA BORGES GUILHERME; LUIZ CARLOS CASSEMIRO; LAURO LIPINSKI; LEIDA ARRIECHE; GISELDA GRZECA DIESEL; HEDI MARIA BARON; MAURO JOSÉ MÂNICA

HSBC

GRACIELE KASPRZAK; JORGE VIEIRA DA COSTA; ELIZABETE COLLETO ECCEL; JORGE GALERA; FÁTIMA ARLETE FERNANDES; JOEY SETESSES SCHARZBOLD DE FARIAS; VILSON LUIZ SCHNEIDER; JAQUELINE ALMEIDA; LUIZ FERNADO RANGEL; CLAUDIA LAPUENTE DÁVILA; CLAUDIO LEAL; ALMIRO ANTÔNIO COPETTI; CARLOS ALBERTO RAMIRES FLORES

SANTANDER

SILVIO SOUZA; HELENA HOFSTATTER; IVONE DEVANTIER; JUBERLEI BAES BACELO; NELSON BEBBER; PAULO ROBERTO DA VEIGA; GILBERTO DA COSTA FIGUEIREDO; JOÃO VANDIL DA SILVA ARAÚJO; ELISANGELA DOCELINA PERALTA; SONIA PUKALL; SILVIO ANÍZIO PEDROSO DA ROSA; ALESXANDRO MARCELO DA SILVA FRANÇA; ELIANE LISA BELOTTO; IONE IVETE DALBOSCO; BINO KOHLER; DALMOR TREVISAN; DEISE MENEZES; JULIO CESAR MONTENEGRO; DÁRIO SIDNEI DELAVY; ANTONIO CARLOS NUNES MACIEL; : MAURO SALLES MACHADO; CARMEN LUCIA GUEDES; RONALDO GONZALES; NEY RAMOS MIRANDA; EDILAINE C NOBRE; RENATO L BATTISTEL; ELIZETE M GUEDES; ZAIDA SOARES OLIVEIRA; ELIETE ANGELICA KONRATH; RODRIGO RODRIGUES MACHADO; GEORJINA FETT; AIRTON CASANI JUNIOR; ANGELO TERRA; ROSAURA CONTREIRA; FRANCISCO COSTA; SERGIO C SUITA; ELTON ÊNIO HUBNER; ALDOMIR FOZA

ITAÚ UNIBANCO

ANTÔNIO SERGIO FEDERICI; ARNONI HANKE; MARCELO CAON; EDUARDO ZUCHINALLI; JOEL DE MOURA OLIVEIRA; CARLOS HENRIQUE BARBOSA SANTOS; ALEXANDRE ANDRÉ SANTOS DO AMARAL; ROSANE ELSA MICHEL LISBOA; MARILIA KERBER; KLAUS DE OLIVEIRA RIBEIRO; LENIR TERESINHA PERLIN; PAULO VALMIR SOUZA; NOELI RODRIGUES LEÃO; PAULO ANTONIO LUDWIG; MARILANE MÔNICA DE SOUZA; CÉLIO ROMEU DOS SANTOS; ANTONIO AUGUSTO BORGES DE BORGES; EDUARDO MUNHOZ; ISIS MARQUES; ADRIANO DURA RAMOS; ALTAIR ROSA FLORES; ANTONIO CARLOS DA SILVA; RODRIGO AMBROS RODRIGUES; LEANDRO HOPES; LEONARDO GRAEF; PRISCILA GNECO;
IDA TEREZINHA ALVIM; ROSALITA DOTTO; ADRIELE MARTINS RICARDO; ELIANE DOTTO; GREICE PEZZETTA; JOÃO HOMERO SEVERIANO; AIRTON DAL MOLIN; JAMILE CHAMUN; NERI JOSE POSTAY; ELAINE F SCOTT; ROGERIO PRA; ERENICE ECHEL; JOÃO BRANCO; JOSE LUIZ MENDONÇA NETO; LIDIA M. PIZONI; PAULO VALNERI SCHMIDT; CRISTIANE MARTINS; CLÓVIS JOÃO RITTER

SAFRA

MAURO LUIZ CECCON; EDUARDO MOUTINHO

MERCANTIL

PEDRO LUIZ MACIEL A. DA SILVA

BRDE

MARIANA LANER DE ARAÚJO